



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO CLIPPING – JORNAIS IMPRESSOS

Correio Urbano

Correio de Sergipe • Aracaju • Edição de Fim de Semana. Sábado 17, domingo 18 e Segunda-feira 19 de novembro de 2018

A3 POLÍTICA

FanPage: JornalCorreioSergipe

Desvio em matadouro

Deotap conclui inquérito e Valmir de Francisquinho é indiciado por 3 crimes

■ PREFEITO DE ITABAIANA FOI INDICIADO PELOS CRIMES DE LICITAÇÃO, COBRANÇA INDEVIDA DE TRIBUTOS E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA

O prefeito de Itabaiana Valmir de Francisquinho (PR) foi indicado pelo Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública (Deotap) pelos crimes de licitação, excesso de exação qualificada (cobrança indevida de tributos) e associação criminosa. A informação foi confirmada pela diretora do Deotap, a delegada Thais Lemos, que concluiu o inquérito que apura a participação do pre-

feito no esquema de desvio de taxas cobradas pelo matadouro no município. O caso foi encaminhado à Justiça.

De acordo com as investigações realizadas pelo Deotap, entre os anos de 2015 a 2017 foram abatidos, por ano, entre 2.500 a 3.900 animais no matadouro de Itabaiana, o que culminou no recolhimento de R\$ 24 mil a R\$ 39 mil. Neste processo, era cobrada aos boiadeiros a taxa de R\$ 50, porém, apenas R\$ 10 eram destinados aos cofres municipais.

Durante o período, estima-se

que o esquema tenha desviado quase R\$ 6 milhões da Prefeitura Municipal de Itabaiana em taxas que deixaram de ser recolhidas.

O prefeito de Itabaiana e o secretário de Agricultura do município seguem detidos no Presídio Militar (Presmil), e outras três pessoas suspeitas de envolvimento no caso estão presas Complexo Penitenciário Antônio Jacinto Filho (Compajaf).

Procurado, o advogado defesa, Evânio Moura, disse que ainda não foi ainda informado da conclusão do inqué-



ESQUEMA DE DESVIO NO MATADOURO DO MUNICÍPIO, SEGUNDO AS INVESTIGAÇÕES, GERARAM UM ROMBO DE QUASE R\$ 6 MI NOS COFRES DA PREFEITURA

rito e que só irá se pronunciar após tomar conhecimento do conteúdo.

• Devolução

O Ministério Público Estadual (MPE) pede à Justiça que o prefeito Valmir de Francisquinho e o ex-deputado José Teles de Mendonça devolvam R\$ 108 mil aos cofres públicos do município.

De acordo com a denúncia acatada pela Justiça, que culminou em uma ação civil de improbidade administrativa, Zé Teles teria vendido um terreno ao município para que a prefeitura ampliasse o matadouro municipal no valor de R\$ 350 mil. Apesar da venda ter sido concretizada, o espaço

não fora integralmente utilizado para a ampliação do matadouro.

Com isso, o MPE alega que a transação gerou um prejuízo ao erário no valor de R\$ 108.010, e pede agora que esse valor seja ressarcido aos cofres do município a partir da indisponibilidade dos bens dos réus "até o montante necessário à recuperação dos danos".

ajn⁰
Lide mais, escreva e copie
Acesse
www.ajn1.com.br